

GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA

MANUAL DE

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Conforme

- Lei 13.606/2018 - Altera a Lei 8.212/1991
– Custeio da Seguridade Social
- Lei 13.457/2017 - Altera a Lei 8.213/1991
– Benefícios da Previdência Social

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1.1.	Evolução histórica geral.....	29
1.2.	Evolução histórica no Brasil	34
1.3.	Denominação	40
1.4.	Conceito	41
1.5.	Abrangência e divisão.....	42
1.6.	Autonomia.....	43
1.7.	Relações com outros ramos do direito.....	44
1.8.	Natureza jurídica.....	47
1.9.	Fontes	49
1.10.	Interpretação	57
1.11.	Integração.....	59
1.12.	Aplicação.....	63
1.13.	Eficácia no tempo	63
	1.13.1. Direito adquirido	65
1.14.	Eficácia no espaço.....	73
1.15.	Princípios.....	75
1.16.	Seguridade social na constituição	89
1.17.	Seguridade social e dignidade da pessoa humana	91

CAPÍTULO 2

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1.	Contribuições para a seguridade social.....	95
2.2.	Competência tributária	98
2.3.	Capacidade tributária ativa	99
2.4.	Orçamento da seguridade social.....	99
2.5.	Custeio indireto.....	102
2.6.	Princípio da contrapartida.....	104
2.7.	Princípio da anterioridade nonagesimal	104
2.8.	Imunidades na seguridade social.....	105
2.9.	Custeio direto.....	108
2.10.	Contribuição do segurado.....	111
	2.10.1. Contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso.....	112
	2.10.2. Contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo	114
2.11.	Contribuição da empresa.....	119
	2.11.1. Contribuição previdenciária sobre a receita bruta..	128
	2.11.2. Contribuição adicional das instituições financeiras	128
	2.11.3. Contribuição da microempresa e da empresa de pequeno porte inscritas no Simples.....	129
	2.11.4. Contribuição do microempreendedor individual	134
	2.11.5. Contribuição da associação desportiva de futebol profissional.....	136
2.12.	Contribuição do produtor rural pessoa jurídica.....	138
2.13.	Contribuição da agroindústria	139
2.14.	Contribuições da empresa sobre a receita, o faturamento e o lucro	141
2.15.	Contribuição do empregador doméstico.....	144
	2.15.1. Simples doméstico.....	145

2.15.2. Programa de recuperação previdenciária dos empregadores domésticos.....	148
2.16. Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	149
2.17. Contribuição do consórcio simplificado de produtores rurais...	153
2.18. Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	154
2.19. Contribuição do importador de bens ou serviços do exterior.....	155
2.20. Contribuições residuais.....	156
2.21. Outras receitas.....	156
2.22. Salário de contribuição.....	158
2.23. Matrícula da empresa.....	172
2.24. Arrecadação e recolhimento.....	173
2.25. Contribuições em atraso	179
2.26. Reconhecimento do tempo de filiação, retroação de data de início de contribuição e indenização.....	182
2.27. Retenção.....	187
2.28. Responsabilidade solidária	190
2.29. Obrigações acessórias.....	194
2.30. Fiscalização.....	198
2.31. Prova de inexistência de débito	200
2.32. Decadência e prescrição	203
2.33. Restituição e compensação	212
2.34. Processo administrativo tributário	215
2.35. Contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho	220

CAPÍTULO 3

PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1. Regimes	233
--------------------	-----

3.2.	Objetivos	234
3.3.	Abrangência.....	235
3.4.	Princípios.....	237
3.5.	Conselho nacional de previdência.....	243
3.6.	Previdência social e Estatuto do Idoso	245

CAPÍTULO 4

BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

4.1.	Beneficiários e contribuintes	249
4.2.	Segurados	251
4.3.	Segurados obrigatórios.....	252
4.3.1.	Empregado.....	252
4.3.2.	Empregado doméstico.....	262
4.3.3.	Contribuinte individual.....	263
4.3.4.	Trabalhador avulso	267
4.3.5.	Segurado especial.....	268
4.4.	Segurados facultativos	276
4.5.	Dependentes	278
4.6.	Filiação	284
4.7.	Inscrição.....	285
4.8.	Manutenção da qualidade de segurado	290
4.9.	Perda da qualidade de segurado	292
4.10.	Carência	294

CAPÍTULO 5

PRESTAÇÕES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

5.1.	Classificação	303
5.2.	Salário de benefício.....	304

5.2.1. Atividades concomitantes	312
5.3. Renda mensal do benefício	313
5.4. Reajustamento	319
5.5. Pagamento	320
5.6. Aposentadoria por invalidez.....	325
5.7. Aposentadoria por idade	334
5.8. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	341
5.9. Aposentadoria especial.....	362
5.10. Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	374
5.11. Auxílio-doença.....	380
5.12. Salário-família.....	390
5.13. Salário-maternidade	395
5.14. Pensão por morte	406
5.15. Auxílio-reclusão	416
5.16. Auxílio-acidente.....	422
5.17. Abono anual.....	426
5.18. Serviço social.....	427
5.19. Habilitação e reabilitação profissional.....	430
5.19.1. Habilitação e reabilitação profissional da pessoa com deficiência.....	436
5.20. Aposentadoria e contrato de trabalho	438
5.21. Desaposentação	441
5.22. Acumulação de benefícios previdenciários.....	443
5.23. Prescrição e decadência dos benefícios previdenciários	446
5.24. Perícia médica da previdência social.....	452
5.25. Processo administrativo previdenciário	453
5.26. Juros e correção monetária	460
5.27. Danos morais previdenciários.....	463

CAPÍTULO 6

ACIDENTE DO TRABALHO

6.1.	Evolução histórica	467
6.2.	Conceito	469
6.3.	Doenças ocupacionais.....	470
6.4.	Nexo técnico epidemiológico	472
6.5.	Acidente do trabalho por equiparação	477
6.6.	Comunicação do acidente do trabalho.....	479
6.7.	Repercussões do acidente do trabalho	481
6.8.	Prestações previdenciárias acidentárias.....	482

CAPÍTULO 7

SEGURO-DESEMPREGO

7.1.	Fundamento constitucional	489
7.2.	Natureza jurídica.....	489
7.3.	Custeio	491
7.4.	Beneficiários.....	493
7.5.	Objetivos	493
7.6.	Requisitos.....	496
7.7.	Parcelas	498
7.8.	Pagamento	500
7.9.	Requerimento.....	502
7.10.	Indeferimento.....	502
7.11.	Suspensão.....	503
7.12.	Cancelamento	503
7.13.	Empregado doméstico	504
7.14.	Período de defeso	506
7.15.	Abono do pis/pasep.....	511

7.16. Fundo de amparo ao trabalhador.....	513
7.17. Gestão	514
7.18. Fiscalização e penalidades.....	516

CAPÍTULO 8

CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

8.1. Introdução	519
8.2. Crimes contra a Previdência Social.....	520
8.3. Apropriação indébita previdenciária.....	520
8.4. Falsificação de documento público.....	525
8.5. Sonegação de contribuição previdenciária.....	526
8.6. Estelionato contra a Previdência Social.....	529

CAPÍTULO 9

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

9.1. Introdução	531
9.2. Militares das Forças Armadas.....	532
9.2.1. Pensão militar	537
9.2.2. Licença à gestante nas Forças Armadas	542
9.3. Militares dos Estados e do Distrito Federal.....	543
9.4. Servidores públicos estatutários.....	544
9.5. Magistrados, membros do Ministério Público e dos tribunais de contas.....	545
9.6. Regime próprio dos servidores públicos estatutários.....	547
9.6.1. Características	547
9.6.2. Aposentadoria	549
9.6.3. Pensão por morte.....	561
9.6.4. Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade.....	565

9.6.5.	Salário-família.....	568
9.6.6.	Auxílio-reclusão.....	568
9.6.7.	Reajustamento dos benefícios.....	570
9.6.8.	Contagem do tempo de contribuição.....	571
9.6.9.	Soma dos proventos.....	572
9.7.	Custeio do regime próprio dos servidores públicos estatutários.....	573
9.8.	Abono de permanência em serviço.....	575
9.9.	Regras de transição.....	576
9.9.1.	Servidores que ingressaram no serviço público até 16.12.1998: com integralidade e paridade.....	577
9.9.2.	Servidores que ingressaram no serviço público até 16.12.1998: sem integralidade e sem paridade.....	578
9.9.3.	Servidores que ingressaram no serviço público até 31.12.2003: integralidade e paridade.....	580
9.9.4.	Servidores já aposentados falecidos posteriormente a 31.12.2003: pensão com paridade e sem integralidade.....	582

CAPÍTULO 10

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PÚBLICA

10.1.	Abrangência.....	585
10.2.	Instituição.....	586
10.3.	Adesão.....	588
10.4.	Sujeitos.....	589
10.5.	Entidades fechadas de previdência complementar pública...	590
10.6.	Fiscalização.....	592
10.7.	Contribuições.....	594
10.8.	Planos de benefícios.....	595

CAPÍTULO 11

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA

11.1. Características	599
11.2. Natureza jurídica.....	600
11.3. Ação do Estado	600
11.4. Classificação e fiscalização.....	601
11.5. Planos de benefícios.....	603
11.6. Sujeitos.....	603
11.7. Acesso a informações.....	603
11.8. Autonomia.....	605
11.9. Contribuições	606
11.10. Competência.....	606
11.11. Benefícios.....	607
11.12. Incentivo fiscal.....	607
11.13. Previdência complementar privada fechada	608
11.13.1. Planos de benefícios de entidades fechadas.....	608
11.13.2. Entidades fechadas de previdência complementar privada.....	614
11.14. Previdência complementar privada aberta	616
11.14.1. Planos de benefícios de entidades abertas.....	616
11.14.2. Entidades abertas de previdência complementar privada.....	618
11.15. Previdência complementar privada fechada: entidades públicas patrocinadoras.....	619

CAPÍTULO 12

ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.1. Fundamento constitucional	625
12.2. Direito internacional.....	626

12.3. Conceito	627
12.4. Princípios.....	628
12.5. Objetivos.....	630
12.6. Custeio	631
12.7. Diretrizes	634
12.8. Sistema único de assistência social.....	636
12.8.1. Centros de referência de assistência social	638
12.8.2. Conselhos de assistência social.....	639
12.8.3. Competência concorrente	644
12.9. Entidades e organizações de assistência social	647
12.10. Benefício de prestação continuada	648
12.10.1. Beneficiários.....	648
12.10.2. Natureza jurídica.....	649
12.10.3. Núcleo familiar	654
12.10.4. Pessoa com deficiência.....	654
12.10.5. Renda mensal familiar.....	655
12.10.6. Conceitos	655
12.10.7. Acumulação de benefícios.....	658
12.10.8. Avaliação da deficiência e do grau de impedimento.....	659
12.10.9. Declaração da renda familiar	661
12.10.10. Estrangeiro residente no país.....	663
12.10.11. Revisão.....	664
12.10.12. Cessaçã.....	664
12.10.13. Suspensão	666
12.10.14. Morte do beneficiário	668
12.10.15. Pagamento	668
12.11. Benefício assistencial aos trabalhadores portuários avulsos.....	670
12.12. Benefícios eventuais.....	671

12.13. Serviços.....	671
12.14. Programas de assistência social.....	672
12.15. Projetos de enfrentamento da pobreza	673
12.16. Programas de renda mínima.....	673
12.17. Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência	681
12.18. Residência inclusiva da pessoa com deficiência.....	683
12.20. Auxílio-inclusão	683

CAPÍTULO 13

SAÚDE

13.1. Fundamento constitucional	685
13.2. Organização mundial da saúde	686
13.3. Princípios.....	687
13.4. Universalidade.....	691
13.5. Serviços de saúde	692
13.6. Sistema Único de Saúde	693
13.7. Objetivos	696
13.8. Atribuições.....	700
13.9. Competência.....	702
13.10. Custeio	706
13.11. Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.....	710
13.12. Iniciativa privada.....	711
13.13. Vedações	715
13.14. Transplantes.....	715
Bibliografia.....	717